O ESTADO DE S.PAULO
Publicado em 16/06/2022 - 06:00

Pescador confessa que repórter e indigenista foram assassinados

Suspeito confessou que indigenista e jornalista foram assassinados, diz PF

Superintendente no AM afirma que 'Pelado' orientou busca e contou que Bruno Pereira e Dom Phillips foram mortos a tiros; corpos foram localizados em área de mata do rio Itaquaí

FOTOS WILTON JUNIOR/ ESTADÃO

SUELEN GONÇALVES
ESPECIAL PARA O ESTADÃO
MANAUS
VINÍCIUS VALFRÉ
ENVIADO ESPECIAL
ATALAIA DO NORTE (AM)
GUSTAVO QUEIROZ
SÃO PAULO

'Pelado' é levado por policiais para área de buscas no Rio Itaquaí; indigenista e jornalista teriam sido mortos no mesmo dia em que sumiram

Após dez dias de buscas, o superintendente da Polícia Federal no Amazonas, delegado Eduardo Alexandre Fontes, afirmou ontem que o pescador Amarildo Oliveira, conhecido como "Pelado", confessou que o indigenista Bruno Pereira, de 41 anos, servidor licenciado da Fundação Nacional do Índio (Funai), e o jornalista britânico Dom Phillips, de 57, colaborador do jornal *The Guardian*, foram assassinados. Eles desapareceram no dia 5 deste mês no Vale do Javari, extremo oeste do Amazonas. Segundo o relato, foram mortos no mesmo dia.

Superintende regional da PF, Fontes disse que, conforme Pelado, Pereira e Phillips foram assassinados com arma de fogo. Uma das hipóteses sob investigação é que os corpos tenham sido carbonizados antes de serem enterrados. A polícia ainda aguarda a perícia para confirmar as identidades e definir a causa da morte. Corpos encontrados na área de busca foram levados ontem à noite para Atalaia do Norte.

"Ontem (*anteontem*) à noite nós conseguimos que o primeiro preso neste caso, conhecido por Pelado, voluntariamente confessasse a prática criminosa. Durante a confissão, ele narrou com detalhes o crime realizado e apontou o local onde havia enterrado os corpos", afirmou Fontes, durante entrevista coletiva em Manaus. "Foi um embate, a princípio ele (*Pelado*) alega que foi com arma de fogo, mas temos que aguardar a perícia porque ela que vai dizer, identificar qual foi a causa da morte, as circunstâncias e a motivação."

Cão farejador auxiliou equipes no trabalho de buscas em Atalaia

BUSCAS. Segundo o superintendente, a PF levou Pelado e Oseney da Costa de Oliveira, conhecido como "Do Santos" e irmão de Pelado, também suspeito de envolvimento no crime, para a área de buscas no Rio Itaquaí, em Atalaia do Norte (AM). Dos Santos teve a prisão temporária, assim como Pelado, de 30 dias decretada ontem. Os dois pescadores admitiram que Pereira e Phillips foram abordados e mortos no trajeto de barco entre a cidade e a comunidade São Rafael. Ainda estão sendo feitas escavações no local, que fica a 3,1 km do rio. Também foi encontrado o barco usado por Pereira e Phillips, que foi afundado no local com sacos de areia.

"Nós não descartamos a hipótese de outras pessoas estarem envolvidas. Temos muito o que fazer no inquérito para coletar seguramente provas de autoria e materialidade", afirmou o delegado da Polícia Civil Guilherme Torres. "Temos o depoimento, a confissão do preso, levando até uma área distante, onde os corpos seriam encontrados, onde foram enterrados. A equipe caminhou 25 minutos para chegar até ali, desenterrou, então tudo nos leva a crer. Agora, tecnicamente, preciso de reconhecimento de parentes, de um exame de DNA para poder dizer e para ter a conclusão do inquérito", disse.

Os novos materiais descobertos e vestígios humanos coletados próximos ao local na sexta-feira passada estão sendo periciados. A análise é feita a partir de materiais genéticos fornecidos pelas famílias de Pereira e Phillips. Uma mochila com pertences do jornalista foi identificada na mesma área.

Pereira e Phillips percorriam a região do Vale do Javari. O indigenista orientava moradores da região a denunciar irregularidades cometidas em reserva indígena – como pesca ilegal, mineração e exploração de madeira – e o jornalista estrangeiro acompanhava o trabalho para registrar em livro que pretendia escrever.

CONSTERNAÇÃO. Yura Marubo, assessor jurídico da Organizações Indígenas do Vale do Javari (Univaja) – entidade na qual atuava Pereira –, disse que a perda do indigenista é irreparável para os povos indígenas. "Nós estamos em uma consternação pela morte. Bruno era um dos maiores especialistas em povos isolados do Brasil. É um sentimento de perda, impotência. O trabalho contra o crime organizado falhou neste momento. O trabalho do Bruno foi feito apenas com coragem, não com o aparato necessário", afirmou ao **Estadão**. O superintendente da PF reconheceu os esforços dos indígenas nos trabalhos de buscas.

A mulher de Phillips, Alessandra Sampaio, emitiu uma nota. "Agora podemos levar eles para casa e nos despedir com amor. Hoje se inicia também a nossa jornada em busca por justiça. Espero que as investigações esgotem todas as possibilidades e tragam respostas definitivas com todos os desdobramentos pertinentes o mais rapidamente possível", afirmou ela.

Mais cedo, o presidente Jair Bolsonaro havia afirmado que o caso caminhava para uma resolução. Ele reiterou críticas à postura de Pereira e Phillips e disse que o jornalista era "malvisto" na região. "Esse inglês era malvisto na região. Fazia muita matéria contra garimpeiros, questão ambiental. Então, naquela região bastante isolada, muita gente não gostava dele", disse Bolsonaro. "Deveria ter segurança mais que redobrada consigo próprio", afirmou, em entrevista ao canal da jornalista Leda Nagle no YouTube. ● COLABOROU ALISSON CASTRO

> *"Agora podemos levar eles para casa e nos despedir com amor. Hoje se inicia também a nossa jornada em busca por justiça."*
> **Alessandra Sampaio**
> **Mulher de Dom Phillips**

PF relata ao STF falta de recursos para proteção de terras indígenas

Despacho foi feito na ação em que Barroso ordenou que governo adotasse medidas para localizar jornalista e indigenista

PEPITA ORTEGA

Em despacho enviado ao Supremo Tribunal Federal (STF), a Polícia Federal (PF) relatou "dificuldades" enfrentadas pela corporação no cumprimento de decisões da Corte que determinam um plano de contenção para a proteção de terras indígenas.

Entraves

Delegado diz que maiores dificuldades são falta de dinheiro e ausência de apoio logístico para ações

O delegado Paulo Teixeira de Souza Oliveira, chefe do Serviço de Repressão a Crimes Contra Comunidades Indígenas e Conflitos Agrários (SRCCI), apontou falta de "logística necessária" e de "recursos financeiros para custear a estrutura operacional, quando solicitado apoio a outros ministérios do governo federal".

O relatório foi assinado no dia 10 de junho e juntado aos autos da ação em que o STF proferiu uma série de decisões relativas às terras indígenas, desde a ordem de instalação de barreiras sanitárias para conter a pandemia de covid-19 até a determinação para retirada de invasores.

Foi no âmbito desta ação que o ministro do Supremo Luís Roberto Barroso determinou, na semana passada, que o governo federal adotasse "todas as providências necessárias" para localizar o indigenista Bruno Pereira e o jornalista britânico Dom Phillips, que haviam desaparecido no dia 5 na região do Vale do Javari (AM). Na ocasião, o ministro deu prazo de cinco dias para o governo apresentar relatório com todas as providências adotadas e informações obtidas no caso. O prazo venceu ontem.

PRIORIDADES. No despacho, Barroso indicou que as "deficiências da atuação da União na proteção à vida e à saúde dos indígenas" é objeto de reiteradas decisões por ele proferidas. "Sem uma atuação efetiva e determinada do Estado brasileiro, a Amazônia vai cair, progressivamente, em situação de anomia, de terra sem lei. É preciso reordenar as prioridades do País nessa matéria", afirmou.

A PF prestou as informações ao Supremo após ser provocada por Barroso a informar sobre as dificuldades encontradas para a garantia da segurança das comunidades e cumprimentos cautelares em terras ianomâmis. Relator da ação, Barroso foi provocado pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), que alegou descumprimento reiterado, pelo governo federal, de decisões do STF.

PLANO. No relatório, a PF sustentou que segue o Plano de Ação 7 Terras Indígenas, homologado parcialmente em agosto de 2020. Segundo a corporação, no âmbito de tal plano foi dada à PF a missão de "intervir nas terras indígenas para cessar as atividades criminosas ali cometidas, a partir de levantamentos próprios e de demais interessados na ação". Além disso, foi determinado que a corporação investigasse os autores de tais delitos, relacionados a desmatamento, grilagem de terras e exploração mineral ilegal na região.

De acordo com Oliveira, a maior dificuldade da Polícia Federal em cumprir as decisões do STF está na falta de "meios logísticos", com necessidade de solicitação de apoio do Ministério da Defesa. "As tratativas com as Forças Militares se deram no âmbito do Ministério de Defesa, o qual manifestou, desde o primeiro contato sobre o tema, ainda em 2020, concordância em colaborar com as ações previstas, desde que houvesse dotação orçamentária correspondente e esta fosse descentralizada." ●

WILTON JUNIOR/ ESTADÃO-13/6/2022

Agente da PF durante buscas no Vale do Javari; pouca verba para atuar

Presidente do Congresso defende punição rigorosa para criminosos

O presidente do Congresso, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), afirmou ontem que recebeu "com enorme pesar" a notícia de que a Polícia Federal encontrou corpos humanos no local indicado por suspeitos que confessaram os assassinatos do jornalista Dom Phillips e do indigenista Bruno Pereira.

"Em respeito às vítimas, à Amazônia e à liberdade de imprensa, espero que todos os criminosos envolvidos sejam punidos com o rigor da Lei", afirmou, em mensagem no Twitter.

Entidades como a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab) e União dos Povos Indígenas do Vale do Javari (Univaja), manifestam pesar e profunda tristeza. "Nossa solidariedade às famílias daqueles que eram defensores dos direitos dos povos indígenas, aliados das nossas lutas", afirmou a Apib, também no Twitter. A Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji) pediu que a investigação seja "célere, transparente e independente, sem qualquer interferência". ●

'Rusga' entre presidente e Congresso travou Força Nacional, diz Moro

Ministro da Justiça e Segurança Pública do governo Jair Bolsonaro até abril de 2020, o ex-juiz Sérgio Moro afirmou ontem ao **Estadão** que a Força Nacional ficou "muito reativa" em sua atuação no Norte do País. Questionado sobre o fato de apenas seis agentes da tropa de elite terem sido enviados durante sua gestão para a região do Vale do Javari – que tem 85 mil km² –, Moro admitiu que o efetivo é pequeno e disse que a ampliação do contingente esbarrou em divergências políticas.

"A Força Nacional ficou muito reativa, mas acabou sendo espalhada para atender também essa situações em lugares ermos onde a população local está sendo ameaçada, como a população indígena em regiões como Altamira e Amazonas. O problema não é uma falta de estratégia, mas de efetivo. Isso o País deveria discutir profundamente", afirmou Moro. "O governo estadual é que tem que atender essas situações ermas e remotas ou o governo federal deve assumir maiores responsabilidades? Eu defendo um aumento do efetivo da Força Nacional, o que acabou não sendo politicamente viável. A gente discutiu isso quando eu era ministro da Justiça, mas acabou não sendo viável por conta das rusgas do presidente da República com o Congresso Nacional."

A tropa de elite nacional é formada por policiais militares, bombeiros militares e policiais civis. Reportagem do **Estadão** publicada ontem mostrou que os seis agentes foram enviados para a Terra Indígena do Vale do Javari em 2019; desde então, o efetivo é renovado. Ao menos seis pedidos foram feitos neste ano ao governo federal para o reforço da proteção na região. Foram rejeitadas todas as solicitações da União dos Povos Indígenas do Vale do Javari (Univaja).

FUNAI. Filiado ao União Brasil e pré-candidato nas eleições deste ano, Moro disse que a exoneração do indigenista Bruno Pereira da Fundação Nacional do Índio (Funai) não tem sua assinatura. "Muitas dessas questões não chegam até o ministro. A exoneração do Bruno Pereira (*da Funai*) não passou por mim. Não tem minha assinatura nisso. No fundo a Funai tem a sua autonomia para proferir suas decisões." O ex-ministro lamentou o caso e afirmou que conheceu o jornalista britânico Dom Phillips.

Conforme o **Estadão** revelou, cartéis de drogas de Miami, Medellín e Sinaloa mantêm um Estado paralelo no Alto Solimões, na Amazônia. "Isso suscita uma discussão importante, que é o espaço da Amazônia. O que o Brasil pretende? A falta da presença do Estado é uma questão grave. Do governo federal e do Estado. Dimensões grandes do território são dominadas por gangues", afirmou Moro. ● **EDUARDO KATTAH E PEDRO VENCESLAU**

FORÇA NACIONAL EM TERRAS INDÍGENAS

Efetivo destinado a região do Vale do Javari é o mais baixo em operações comandadas pelo governo federal

Onde fica

LOCALIDADE	ANO	NÚMERO DE AGENTES DA FN
FEIJÓ (AC)	2011	9
ALTA FLORESTA (MT)	2012	30
SANTA INÊS (MA)	2014	40
JENIPAPO DOS VIEIRAS (MA)	EM ANDAMENTO	21
VALE DO JAVARI (AM)	EM ANDAMENTO	6

Ações em andamento

Efetivo da Força Nacional em ações

EM NÚMERO DE AGENTES

FONTE: MINISTÉRIO DA JUSTIÇA / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

Copyright © Clipclap 2025.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Estado de S. Paulo

Seção: Política **Caderno:** A **Pagina:** 6 a 8

Copyright © Clipclap 2025.